PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2004

(Do Sr José Roberto Arruda e outros)

Dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação dos Estados do Aripuanã, do Araguaia, do Xingu, de Tapajós, de Carajás, do Rio Negro, de Solimões, do Uirapuru, do Madeira e do Juruá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Na forma do art. 49, inciso XV, e do art. 18, § 3º, da Constituição Federal, ficam convocados plebiscitos:

I – no Estado de Mato Grosso, para que a população se manifeste sobre a criação dos Estados:

a) do Aripuanã, a ser formado pelos Municípios de Alta Floresta, Apiacás, Aripuanã, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Carlinda, Castanheira, Comodoro, Cotriguaçu, Diamantino, Juara, Juína, Juruena, Lucas do Rio Verde, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Novo Horizonte do Norte, Paranaíta, Porto dos Gaúchos, São José do Rio Claro, Sapezal, Sorriso, Tabaporã e Tapurah;

b) do Araguaia, a ser formado pelos Municípios de Água Boa, Alto Boa Vista, Canabrava do Norte, Canarana, Cláudia, Cocalinho, Colíder, Confresa, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Garantã do Norte, Itaúba, Luciára, Marcelândia, Matupá, Nova Guarita, Nova Ubiratã, Novo Mundo, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascalheira, Santa Carmem, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Sinop, Terra Nova do Norte, União do Sul, Vera e Vila Rica;

II – no Estado do Pará, para que a população se manifeste sobre a criação dos Estados:

a) do Xingu, a ser formado pelos Municípios de Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão;

b) de Tapajós, a ser formado pelos Municípios de Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Juruti, Medicilândia, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa, Uruará, Vitória do Xingu;

c) de Carajás, a ser formado pelos Municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás,

Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Tucumã e Xinguara;

III – no Estado do Amazonas, para que a população se manifeste sobre a criação dos Estados:

a) do Rio Negro, a ser formado pelos Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Japurá;

b) de Solimões, a ser formado pelos Municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins;

c) do Uirapuru, a ser formado pelos Municípios de Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Lábrea e Pauini;

d) do Madeira, a ser formado pelos Municípios de Apuí, Borba, Canutama, Humaitá, Manicoré, Maués e Novo Aripuanã;

e) do Juruá, a ser formado pelos Municípios de Alvarães, Carauari, Coari, Fonte Boa, Juruá, Marabá, Tapauá, Tefé e Uarini.

Art. 2º Proclamados os resultados dos plebiscitos e, em caso de manifestação favorável, será apresentado projeto de lei complementar perante qualquer das Casas do Congresso Nacional, conforme dispõem o § 3º do art. 18 da Constituição Federal e o art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.709, de 1998.

§ 1º A Casa perante a qual tenha sido apresentado o projeto de lei complementar referido no caput determinará a audiência das respectivas Assembléias Legislativas, nos termos do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 9.709, de 1998, fixando-lhes prazo para manifestação.

§ 2º Não havendo manifestação das Assembléias Legislativas no prazo fixado, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência prevista no art. 48, inciso VI, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proximidade entre governantes e governados é um fator decisivo na solução de problemas que afetam a população e a economia de um país, uma vez que possibilita o exercício democrático da participação popular na repartição do poder e proporciona uma melhor visualização das necessidades mais imediatas dos

cidadãos. Daí a importância de nós, parlamentares, estarmos permanentemente atentos, agindo no sentido de encontrar formas de diminuir as distâncias que separam o poder e o povo.

Em um País de dimensões continentais, como o Brasil, o primeiro obstáculo a ser vencido, na luta pela integração dos cidadãos brasileiros à sociedade em que vivem, é a barreira da distância espacial. Com efeito, muitas das diferentes e imensas áreas que compõem o mosaico de paisagens e culturas nacionais permanecem desarticuladas, tendo em vista sobretudo a imensa distância física e social que as separam do restante dos centros mais dinâmicos e desenvolvidos.

O fato mais grave que daí decorre é que, nessas imensas regiões que permanecem desintegradas do tecido político, econômico e social brasileiro, o exercício da cidadania torna-se praticamente impossível, uma vez que à maioria de sua população é vetado o acesso a bens e serviços tanto em setores básicos, como os de trabalho, saúde e educação, quanto em outros aparentemente mais abstratos ao entendimento do cidadão comum, porém igualmente importantes, como é o caso da informação.

No Congresso Nacional, muito se fala em igualdade para todos os cidadãos brasileiros, mas esquece-se freqüentemente que o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma população assenta-se sobre um pano de fundo, que é o território, sem o qual nada pode funcionar a contento e, nem mesmo, acontecer.

Uma das tarefas mais importantes para que fomos investidos é adotar medidas que permitam uma vida digna para todos os cidadãos brasileiros. Mas, para isso, é fundamental considerarmos que o ordenamento racional do território é um dos elementos fundamentais para se atingir um pacto geral e permanente pela cidadania em nosso País. E isso pressupõe não apenas uma adequada organização das relações patrimoniais, de trabalho, políticas, religiosas, morais, sociais e econômicas, mas também das relações territoriais.

No entanto, ao observarmos a questão da igualdade de direitos e oportunidades e da justiça social, vamos ver que, também do ponto de vista da organização do território, o Brasil continua sendo um País extremamente injusto. E isso pode ser exemplificado no caso dos Estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas, cujas dimensões físicas vêm impedindo, desde o período colonial, a realização de um projeto de cidadania capaz de garantir os direitos mais básicos a milhões de cidadãos brasileiros, que habitam imensas áreas ainda praticamente privadas de tudo o que pode representar o progresso e uma vida digna, seja do ponto de vista dos direitos básicos, seja em termos de desenvolvimento social, político e cultural.

A proposição que ora submetemos à apreciação dos Nobres Pares, criando os Estados do Aripuanã e do Araguaia, no Estado do Mato Grosso, do Xingu, de Tapajós e de Carajás, no Estado do Pará, e do Rio Negro, de Solimões, do Uirapuru, do Madeira e de Juruá, no Estado do Amazonas, vem ao encontro da necessidade de se chegar, no País, a um modelo de organização territorial que permita a aproximação de governantes e governados, não só como forma de acelerar a resolução dos principais problemas sociais e econômicos que afetam diretamente a vida da população, mas como uma estratégia de exercício democrático que possibilite a participação popular nas decisões dos poderes constituídos, bem como uma melhor visualização, por parte dos governantes, das necessidades mais candentes da população.

Este projeto foi arquivado no fim da legislatura passada, sendo que, por considerá-lo altamente relevante para o País, tomei a liberdade de reapresentá-lo, com consentimento do seu autor, o ex-Deputado Pimenta da Veiga, a quem rendo homenagens no presente momento.

Sala das Sessões, em de

de 2004.

José Roberto Arruda
Deputado